COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 402, DE 2015

Acrescenta novo artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o direito de desistência em contratos de prestação de serviço com prazo de vigência irrevogável.

Autor: Deputado LUCAS VERGILIO

Relator: Deputado HERCULANO PASSOS

I – RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame, de autoria do ilustre Deputado Lucas Vergilio, acrescenta artigo (49-A) à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para dispor sobre o “direito de desistência em contratos de prestação de serviço com prazo de vigência irrevogável”.

Refere-se, especificamente, em seu contexto, aos “contratos de adesão de prestação de serviços com prazo de vigência determinado, que imponham ao consumidor penalidade pela sua desistência antes de seu termo”, pretendendo assegurar, ao consumidor, o “direito de arrependimento no prazo de até 7 (sete) dias, contados do início do fornecimento do serviço, fazendo jus à devolução das quantias pagas ou adiantadas ao fornecedor”.

A iniciativa determina um período de *vacatio legis* de 60 (sessenta) dias, contados da publicação oficial da nova lei.

Distribuída a este Colegiado e, nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição tramita em regime ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD).

A matéria se insere nas competências da Comissão de Defesa do Consumidor, nos termos do art. 32, V, do RICD, ao estabelecer medida protetiva do consumidor.

No prazo regimental, que correu de 19 a 30 de março de 2015, foi apresentada uma emenda, da lavra do nobre Deputado José Carlos Araújo, que acrescenta parágrafo único dispendo sobre a não aplicabilidade da norma proposta aos contratos de consórcio.

II – VOTO DO RELATOR

A proposição, como também a emenda aditiva, deve receber nosso apoio integral.

De fato, como justifica o autor, “O objetivo é proteger o consumidor das práticas comerciais agressivas que lhe possam tolher ou diminuir a ampla capacidade de decidir sobre contratos de prestação de serviço com prazo de vigência irrevogável ou, ao menos, de assegurar ao consumidor a plena correspondência entre sua expectativa sobre o serviço continuado e a respectiva execução”.

Dá, como exemplo, os serviços de TV por assinatura, caso em que o consumidor “pode, de antemão, conhecer a programação, mas não sabe como será a recepção dos sinais no local onde reside ou escolheu a instalação”. E ainda: “O mesmo vale para os serviços de telefonia móvel, segmento em que os fornecedores – prestadores de serviços de telefonia móvel – também costumam oferecer os contratos de prazos definidos, comumente denominados contratos de fidelidade ou com fidelização”.

Tais exemplos demonstram com cristalina objetividade e razão a importância da iniciativa principal, o que se espelha no emendamento proposto, ressaltando os contratos de consórcio. Neste caso, verifica-se a peculiaridade do serviço, que é o de administração de grupo para o completamento dos recursos necessários à contemplação, ao longo de certo período, com vistas à aquisição de bem, não sendo possível precisar quando ocorrerá, para cada consorciado.

Além disso, é de se ver que o cumprimento integral do período de vigência, com o adimplemento das obrigações pelo conjunto de consorciados, é condição imperativa para a viabilização do negócio completo, e

o bem a ser adquirido não se confunde com o serviço de administração do consórcio.

Os dispositivos da Lei nº 11.795, de 2008, referidos na justificção da emenda aditiva, também colaboram para a compreensão do cabimento da ressalva, vez que dá disciplina específica à hipótese:

Art. 22. A contemplação é a atribuição ao consorciado do crédito para a aquisição de bem ou serviço, bem como para a restituição das parcelas pagas, no caso dos consorciados excluídos, nos termos do art. 30.

§ 1º A contemplação ocorre por meio de sorteio ou de lance, na forma prevista no contrato de participação em grupo de consórcio, por adesão.

§ 2º Somente concorrerá à contemplação o consorciado ativo, de que trata o art. 21, e os excluídos, para efeito de restituição dos valores pagos, na forma do art. 30.

§ 3º O contemplado poderá destinar o crédito para a quitação total de financiamento de sua titularidade, sujeita à prévia anuência da administradora e ao atendimento de condições estabelecidas no contrato de consórcio de participação em grupo.

.....
Art. 30. O consorciado excluído não contemplado terá direito à restituição da importância paga ao fundo comum do grupo, cujo valor deve ser calculado com base no percentual amortizado do valor do bem ou serviço vigente na data da assembléia de contemplação, acrescido dos rendimentos da aplicação financeira a que estão sujeitos os recursos dos consorciados enquanto não utilizados pelo participante, na forma do art. 24, § 1º.

Desse modo, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 402, de 2015, e da Emenda Aditiva apresentada.**

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado **HERCULANO PASSOS**

Relator